

CORREIO POLÍTICO

Joédson Alves/Agência Brasil



Ex-ministro deverá cumprir as demais medidas

Anderson Torres poderá cuidar da mãe à noite

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes flexibilizou a medida cautelar que determinava o recolhimento domiciliar noturno e aos finais de semana do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, para que ele possa acompanhar a mãe, Amelia Gomes da Silva Torres, nos cuidados necessários ao tratamento contra o câncer. Conforme informações divulgadas pela Agência Brasil, a autorização provisória concedida no sábado (23) por Moraes se limita ao deslocamento do investigado da residência dele, no bairro Lago Sul, em Brasília, à residência da mãe, no Lago Norte, também em Brasília, ou para se dirigir ao hospital, onde está internada. No

requerimento de revogação da medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno e nos fins de semana, feito na quinta-feira (21), a defesa de Anderson Torres argumentou que a mãe dele, com 70 anos de idade, “padece de gravíssima e incurável enfermidade (câncer)” e que o pai do ex-ministro, em razão de sua idade avançada (73 anos), não consegue cuidar sozinho dela. Torres foi preso em janeiro do ano passado sob acusação de não atuar de forma a evitar e reprimir os ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023, quando era secretário de Segurança Pública do Distrito Federal no governo de Ibaneis Rocha.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Policiais do grupo antibomba da PF no local da explosão

Atentado reforça julgamento sobre Marco Civil da Internet

O atentado a bomba de Francisco Wanderley Luiz próximo ao Supremo Tribunal Federal (STF), na praça dos Três Poderes, no último dia 13, terá impacto no julgamento da Suprema Corte sobre o Marco Civil da Internet, marcado para a próxima quarta-feira (27). Essa é a avaliação de dois ministros do Supremo e auxiliares, conforme divulgaram os jornalistas César Feitosa e Ana Pompeu, da Folhapress. Integran-

tes do tribunal também já deram sinais públicos de que as explosões podem alterar o ambiente e fortalecer a posição favorável à maior regulação das redes sociais. O entendimento majoritário na corte é que o processo de radicalização política no Brasil passa pelo uso das redes sociais para a propagação de notícias falsas e ataques, além de algoritmos que incentivam posições extremadas.

Responsabilidade

Um dos caminhos para reverter essa situação, dizem os ministros, é responsabilizar as big techs pelo conteúdo publicado por seus usuários. Isso passa por uma discussão sobre o artigo 19 do Marco Civil da Internet, objeto das ações no Supremo. A regulação das redes sociais costuma enfrentar a oposição de bolsonaristas. Além do atentado, o julgamento deve ocorrer sob o impacto do indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras 36 pessoas por trama golpista e da prisão de cinco suspeitos de um plano para matar o presidente Lula (PT), o vice

Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro do STF Alexandre de Moraes no fim de 2022. Os magistrados afirmaram sob reserva que o caminho mais provável a ser adotado pela corte é definir que as redes sociais têm dever de cuidado regra segundo a qual as plataformas devem remover conteúdos criminosos sem necessidade de decisão judicial. Essa decisão deve impactar as regras de moderação de conteúdo das plataformas, uma vez que as big techs poderão ser responsabilizadas por danos causados por conteúdos publicados por terceiros.

Plano de golpe: PGR deve efetuar denúncias em 2025

Recesso da Suprema Corte empurrará a análise para o próximo ano

Lula Marques/ Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

A Procuradoria-Geral da República (PGR) só deve formalizar em 2025, as denúncias contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 36 pessoas indiciadas pela Polícia Federal (PF) por suposto envolvimento em um plano para um golpe de Estado. Isso porque, com o recesso do Supremo Tribunal Federal (STF), que começa no final de dezembro, a análise da denúncia e o julgamento dos indiciados devem ocorrer apenas no início do próximo ano.

Atualmente, o inquérito encontra-se no gabinete do ministro do STF Alexandre de Moraes, relator da investigação. Nos próximos dias, o documento será enviado ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, que terá a responsabilidade de decidir se os indiciados serão formalmente denunciados à Suprema Corte ou não.

Segundo o cientista político Isaac Jordão, a “demora” no processo atende a dois objetivos da PGR: permitir tempo para uma análise mais aprofundada do inquérito, possivelmente sugerindo novas investigações, e evitar que a denúncia fique parada no STF durante o recesso. “Além disso, a ideia é garantir que a denúncia seja robusta e sustentada juridicamente”, explicou.

2026

Quanto à possibilidade de Jair Bolsonaro reverter sua inelegibilidade e concorrer novamente à presidência em 2026, Jordão é cético. “Não acredito que Bolsonaro volte a ser elegível. Ele já foi condenado à inelegibilidade duas vezes, uma no caso dos embaixadores



Nos próximos dias, o documento será enviado ao procurador-geral da República

e outra no 7/9/22. Como são inelegibilidades declaradas por crimes eleitorais, a reversão delas é muito mais difícil. Mesmo quando comparam com a situação do Lula na Lava-Jato, este último caso era criminal e não eleitoral, portanto a inelegibilidade do Lula, derivada da ficha limpa, caiu quando os processos contra ele caíram. Por causa disso eu não entendo que as duas situações são comparáveis”, afirmou.

Como antecipado pelo Correio da Manhã, a operação também enfraqueceu o Projeto de Lei (PL 2858/2022), que concede anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. Embora haja especulações de que Bolsonaro tente lançar um candidato alternativo caso sua candidatura seja indeferida, Jordão acredita que é improvável que seus filhos, o deputado federal Eduardo

Bolsonaro (PL-RJ) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), arrisquem perder seus mandatos. “Não acredito que eles arrisquem ficar sem mandato parlamentar”, completou o especialista.

Inquérito

Na última quinta-feira (21), a Polícia Federal encerrou as investigações que apurou a existência de uma suposta organização criminosa responsável por planejar um golpe de Estado nas eleições de 2022. O plano incluía o assassinato do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que, na época, presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O relatório final foi encaminhado ao STF com o indi-

ciamento de 37 pessoas pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa. Além de Bolsonaro, a lista inclui nomes como o do ex-ministro da Defesa Walter Souza Braga Netto; o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno; o deputado federal Alexandre Ramagem (PL); o tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid, entre outros.

De acordo com a PF, as provas foram obtidas por meio de diversas diligências policiais realizadas ao longo de quase dois anos, com base em quebra de sigilos telemático, telefônico, bancário, fiscal, colaboração premiada, buscas e apreensões, entre outras medidas devidamente autorizadas pelo poder Judiciário.

Congresso com foco na CPI das Bets e na PEC antiaborto

Saulo Cruz/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Após a 19ª Cúpula do G20, a semana no Congresso Nacional promete ser mais movimentada, com uma série de pautas de interesse. Nesta terça-feira (26), às 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, conhecidas como Bets, seguirá com as audiências.

Na terceira sessão da CPI, os membros da comissão irão ouvir Nivaldo Batista Lima, conhecido pelo nome artístico de Gustavo Lima, que atuará como testemunha para esclarecer seu envolvimento em propaganda de apostas virtuais e possíveis recebimentos irregulares (REQ 182/2024). Além do depoimento do artista, também está agendada a Análise de relatório de inteligência financeira (RIF) do depoente.

Já na quarta-feira (27), às 14h30, a comissão irá ouvir o jogador de futebol Bruno Lopes de Moura, que é um dos investigados na formação de organização para prática de crimes em atividades esportivas, pela Operação Penalidade Máxima, do Ministério Público de Goiás (MP-GO).

Os depoimentos foram convocados pelo relator da CPI, senador Romário (PL-RJ), e o presidente da comissão, senador Jorge Kajuru (PSB-GO). Os parlamentares



CPI das Bets convoca novos depoimentos nesta semana

argumentaram que o atleta é acusado de “diversos casos de corrupção ativa junto a jogadores profissionais, visando obter lucros em apostas esportivas”.

CCJ Câmara

Enquanto isso, na Câmara dos Deputados, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa dá continuidade a votações de uma série de medidas. Na terça-feira (26), a comissão discutirá o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 215/2019 que “autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questões específicas de Direito Penal e de Direito Processual Penal”.

A comissão discutiu o tema no último dia 12, mas o projeto

não chegou a ser votado em virtude do início da ordem do dia no plenário da Câmara. O texto concede autonomia a governos estaduais o papel de definir normas e crimes contra a vida, patrimônio e administração pública, da forma que melhor entenderem.

Já na quarta-feira (27), a CCJ volta a debater, em sessão às 14h30, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) antiaborto (PEC 164/2012). O tema altera o artigo 5º da Constituição Federal, para que o direito à vida passe a ser considerado desde a concepção. Ou seja, a medida amplia a criminalização do aborto no Brasil em todas as circunstâncias, até as que atualmente estão previstas em lei.

Atualmente, o aborto é considerado crime no Brasil, salvo três exceções: quando a mulher engravida vítima de um estupro, independentemente da idade da gestante ou de quantos meses está a gestação; em casos de riscos à vida da mulher grávida e em casos de anencefalia fetal – ou seja, quando há má formação do cérebro do feto. Caso o texto seja aprovado, essas exceções deixaram de valer.

A proposta, de relatoria da deputada Chris Tonietto (PL-RJ), deveria ser discutido dia 19, mas teve novo pedido de vista. A presidente da CCJ, deputada Caroline De Toni (PL-SC) quer tentar aprovar o tema antes do fim de seu mandato, que deve se encerrar no fim do ano.